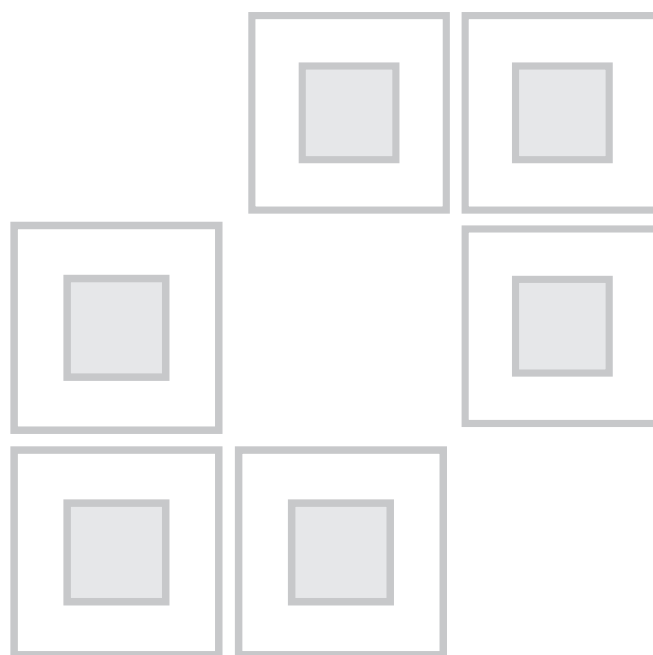


Principais irregularidades detectadas

- Conluio entre prefeituras e empresas para a realização das licitações
- Licitações montadas
- Inexistência física das empresas participantes da licitação
- Ausência de registro das empresas na Junta Comercial de Minas Gerais
- Ausência de estrutura administrativa ou operacional das empresas participantes da licitação
- Emissão de notas fiscais inidôneas
- Constituição forjada de empresas
- Montagem dos contratos de constituição das empresas
- Montagem das propostas apresentadas pelas empresas
- Evidência de desvio de recursos
- Evidência de favorecimento da Construtora Ponto Alto

Cidades citadas no relatório do TCU

- Águas Formosas
 - Alpercata
 - Bertópolis
 - Capitão Andrade
 - Coroa
 - Cuparaque
 - Divinolândia de Minas
 - Engenheiro Caldas
 - Felisburgo
 - Fernandes Tourinho
 - Frei Gaspar
 - Frei Inocêncio
 - Itabirinha de Mantena
 - Itambacuri
 - Padre Paraíso
 - Santa Helena de Minas
 - Santa Rita do Itueto
 - São Geraldo da Piedade
 - São José do Jacuri
 - Taparuba
 - Tarumirim
 - Umburatiba
 - Virginópolis
- (Estado de Minas - 1º/10)



Para o TCU, falta de fiscalização prejudica Bolsa-Família

No mesmo dia em que o alto escalão do governo se reuniu para debater suas metas sociais para os próximos dois anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a falta de fiscalização do Bolsa-Família, principal programa social do governo está prejudicando sua função. Mais do que isso, a unificação dos programas sociais existentes no Bolsa-Família desestruturou o que havia de controle de contrapartidas nos programas anteriores, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

No relatório, os auditores do TCU revelam que, aparentemente, as famílias ainda não deixaram de cumprir as contrapartidas exigidas pelo governo. No entanto, não pela existência de uma fiscalização, mas pelo simples fato de não saberem que não está havendo cobrança e temerem a perda do benefício. Um fato que pode mudar assim que for verificado que nada acontece se, por exemplo, a criança deixar de ir à escola.

O TCU critica, também, o que deveria ser um dos pontos centrais do programa, que está sob a responsabilidade do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias: o controle social. De acordo com o que os auditores relatam, simplesmente não há instâncias de controle social no Bolsa-Família. Quando o programa Fome Zero foi criado, com o cartão alimentação - um dos que foi incluído no Bolsa Família - comitês gestores

também foram criados nos municípios. Pessoas da sociedade civil ajudavam a verificar até mesmo a seleção das famílias incluídas. No entanto, com a criação da Bolsa esses comitês perderam o poder de fiscalização no programa.

O tribunal de contas critica ainda a falta de informação das pessoas sobre o programa, o que limitaria até mesmo o poder de controle. "A publicidade do programa tem enfatizado apenas o acesso ao Bolsa-Família como um direito, sem divulgar outras informações que seriam mais úteis para a participação social", diz o relatório.

Fome Zero

Outra auditoria divulgada pelo TCU foi feita no Fome Zero. Na análise geral o TCU considerou o Fome Zero bem sucedido pelo fato de ter unido sob uma mesma bandeira e uma linha de ação programas que contribuem para a redução da pobreza. Aponta que esses programas demonstraram acréscimo de recursos desde 2003, o que também traria benefícios.

A ressalva feita pelo TCU é em relação a uma avaliação do impacto das ações. De acordo com o tribunal, o governo federal deve prever um sistema de análise para ver se realmente os programas estão trazendo benefícios em conjunto para a população. A sugestão é que um grupo de famílias sejam acompanhadas para verificar a evolução dos programas.

(O Estado de S. Paulo - 1º/10)

"De acordo com o tribunal, o governo federal deve prever um sistema de análise para ver se realmente os programas estão trazendo benefícios em conjunto para a população. A sugestão é que um grupo de famílias sejam acompanhadas para verificar a evolução dos programas."

TCU dá prazo para governo fiscalizar

O Tribunal de Contas da União deu prazo de seis meses para o governo federal fiscalizar o cumprimento das regras da programa Bolsa Família. O Tribunal constatou que o programa ainda não conta com mecanismos efetivos de controle, o que faz com que o Bolsa-Família seja apenas um programa de transferência de renda.

Os auditores do Tribunal de Contas da União checaram a eficiência do programa Bolsa-Família no primeiro semestre deste ano, em quatro estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo o Jornal Nacional, os auditores entrevistaram prefeitos, diretores de escola e de postos de saúde e descobriram que eles nem sabem quais são as regras para as famílias serem incluídas no programa.

O relatório trouxe uma lista de medidas que o governo tem que tomar para assegurar o controle do programa no prazo de seis meses. O Ministério do Desenvolvimento Social terá que fiscalizar se as famílias estão cumprindo as exigências do programa, como manter as crianças na escola. Além disso, o ministério deverá criar, em 60 dias, indicadores para verificar o desempenho do programa, conferindo, por exemplo, quantas famílias estão sendo atendidas em postos de saúde.

(O Norte - 2/10)